### ESTADO DO CEARÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA

#### PROFINE LEI

Dispõe sobre a Reorganização da Prefeitura Municipal de Ubajara e dá outras Providências Correlatas.

em, de

de 1976

RAIMUNDO AUGUSTO SOARES E SILVA

Prefeito Municipal



LEI NOZOL DE / DE Outuby DE 1976

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Prefeitura e dá outras Providências correlatas.

### O PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA-CEARÁ

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1º - A Prefeitura adotará o Planejamento como ins - trumento de ação para o Desenvolvimento Físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Municipal.

Art. 2º - 0 planejamento compreenderá a elaboração dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

II - Plano plurianual de Investimentos (Constituição da República, art. 60, § único - Lei Federal nº 4.320/64, art. 23);

III - Programa anual de Trabalho (Lei Federal 4.320, art. 26);

IV - Orçamento Programa (Lei Federal 4.320, art. 27)

V - Programação Financeira anual da Despesa.

Art. 3º - As atividades da Administração Municipal , e especialmente a execução de planos e programas de Governo, serão objeto de permanente coordenação.

Art. 40 - A coordenação será exercida em todas os míveis da Administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a Instituição e funcionamento de Comissões de coordenação em cada ní - vel administrativo.

Art. 5º - A Prefeitura recorrerá, para a execução de o-





bras e serviços, sempre que admissível e aconselhável, mediante contrato, concessão, permissão ou convênio, a pessoa ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanen - tes e ampliação desnecessária do quadro de servidor.

Art. 6º - A Administração Municipal, além dos controles for mais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da atuação dos seus diversos órgãos e agentes.

Art. 7º - Os serviços municipais deverão ser permanentemente atualizados, visando à modernização e racionalização dos médtodos de trabalho, com o objetivo de proporcionar melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões, sempre que possível com execução imediata.

Art. 8° - Para a execução de seus programas a Prefeitura poderá utilizar-se de recursos colocados à disposição por entidades públi - cas e privadas, nacionais e estrangeiras, ou consorciar-se com outras entidades para a solução de problemas comuns e melhor aproveitamento de regursos financeiros e técnicos.

Art. 9º - A Administração Municipal deverá promover a integração da comunidade na vida Politico-administrativa do municipio, através de órgãos coletivos, compostos de servidores municipais, representantes de outras esferas de governo e municípios com atuação destacada na coletividade ou com conhecimento específico de problemas locais.

Art. 10 - A Prefeitura procurará elevar a produtividade dos seus servidores - evitando o crescimento do seu Quadro de pessoal - através da seleção rigorosa de novos servidores e do trinamento e aperfei - coamento dos servidores existentes, a fim de possibilitar o estabelecimento de níveis adequados de remuneração e a ascensão sistemática a funções superiores.

Art. 11 - Na elaboração e execução de seus programas, a prefeitura estabelecerá a critério de prioridades, segundo a essenciali - dade da obra pu serviço e o atendimento do interesse coletivo.



#### CAPÍTULO II

#### DA ESSTRUTURA

Art. 12 - A estrutura básica da Prefeitura compõe-se dos seguintes órgãos:

- I Gabinete do Prefeito;
- II Secretaria de Administração e Finanças;
- III Secretaria da Agricultura e Recursos Naturais;
  - IV Secretaria de Obras, Viação, Transportes, Comunicações e Serviços Urbanos;
  - V Secretaria de Educação, cultura, saúde e Bem-es tar Social.

CAPÍTULO III DA COMPETÊ NCIA

Art. 13 - A Secretaria de Administração e Finanças é o órgão de Assessoramento do Prefeito nos assuntos Administrativos e Fi - nanceiros, competindo-lhe coordenar os seus contactos com os municipes e com as entidades Federais, estaduais e Municipais; executar os serviços de divulgação e sistematização, redação final, registro e publicação "dos atos do Prefeito; executar e fazer executar os serviços de expediente e comunicações, arquivo e demais tarefas administrativas correlatas; execução das atividades de arrecadação e fiscalização tributária, de des pesa e contabilidade, de tesouraria, de tomada de contas e patrimônio, bem como da elaboração, supervisão e controle da execução do "rçamento Programa do Municipio.

Art. 14 - A Secretaria da Agricultura e Recursos Naturais é o órgão que visa o desenvolvimento da produção Vegetal e Animal, do abastecimento e a modernização da organização Agrária e a preservação ''dos Recursos Naturais Renováveis.

Art. 15 - A Secretaria de Obras, Viação, Transportes, Comunicações e Serviços Urbanos é o Órgão encarregado da supervisão e controle dos serviços de obras públicas executadas pela Prefeitura, inclusive estradas; fiscalização, exploração e manutenção dos serviços de transporte aéreo; controle, segurança e manutenção dos serviços de transportes.



tes rodoviários, inclusive construção, asfaltamento e melhoramento de estradas; operações, manutenção dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, manutenção das operações de entrega de correspondência em geral, como encomendas, valores e serviços de reebolso postal, manutenção de redes telefônicas e outras modalidades de telecomunicações; operações dos serviços de água e esgoto, limpeza pública e administração de matadouros mercados, feiras, ruas, avenidas, cemitérios e conservação dos logradouros públicos, iluminação pública, construção de residências, a fim de satisfazer as necessidades da habitações nas cidades, aperfeiçoar o processo de urbanização da cidade, estabelecendo uma estrutura de cidade capaz de servir os objetivos do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, oferecer a necessária qualidade de vida à população.

Art. 16 - A Secretaria de Educação, cultura, saúde e Bem-es - tar Social é o órgão encarregado da formação intelectual, moral, social, cívica e profissional do homem, visando sua preparação para o exercício: consciente da cidadania, sua habilitação para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social e à difusão e preservação: da Cultura; melhoria do nível de saude da população, recuperação e reabilitação, serviços médicos através de redes hospitalares; amparo e assistência ao servidor público, amparo e proteção as pessoas em geral, individual ou coletivamente, em especial as das classes mais carentes.

### CAPÍTULO IV

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - 0 prefeito deverá regulamentar a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, aprovando por decreto, o Regulamento Interno t da Prefeitura, que discriminará, suscintamente, as atribuições dos órgãos constantes do art. 12.

Art. 18 - Na Regulamentação da Presente Lei dever-se-á observar as normas da Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA EM JO DE SETENDO 12

DE 1 9 7 6.

Prefeito Municipal



# Câmara Municipal de Ubajara

Comissão de Justiça e Redação

Parecer em 1ª discussão

Tendo em vista os exames procediãos na matéria que Reorganiza a a estrutura administrativa do município de Ubajara, somos a favor da sua aprovação como encontra-se redigida.

Com este parecer, poderá ser esta matéria encaminha da ao plenario para fins legais.

Ubajara, 10 de setembro de 1976.

Agundi Production Pelator

Membro